

## **DECLARAÇÃO POLÍTICA**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Regionais

Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores

Exmas. Senhoras e Senhores Membros do Governo

Neste “tempo novo”, determinado pela vontade expressa da maioria dos açorianos que legitimaram o actual Governo Regional, ao aprovar o seu “Programa de Governo” nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reafirmamos que sobre este Executivo recai a obrigação de cumprir com o propósito de ultrapassar os desafios que se revelam fundamentais para o nosso desenvolvimento económico e social, de modo a cumprir com o objectivo que lhe foi confiado de melhorar a qualidade de vida do Povo dos Açores.

Temos a consciência que o Governo Regional em funções se tem deparado com uma luta permanente, por vezes inglória e mal compreendida, de controlar, até à sua eliminação, a pandemia de Covid 19 nas nossas Ilhas, que teima em permanecer entre nós e ditar o dia a dia dos açorianos e das empresas dos nossos Açores.

Compreendemos que a maioria dos esforços esteja concentrada neste combate, que merece todo o nosso apoio e empenho, mas a actividade governativa não pode esgotar-se neste propósito, conforme, e muito bem, tem demonstrado acção do actual Executivo Regional.

Este Governo tem de continuar a desenvolver uma actuação bem definida num conjunto de áreas e investir a sério na resolução dos problemas do Povo dos Açores.

Neste sentido, insistimos que no domínio da saúde temos assistido por parte do actual Executivo Regional à implementação de uma estratégia bem definida, que assume novos desafios no que diz respeito à prioridade da vacinação dos açorianos, assente na circunstância de sermos uma região ultraperiférica, isolada a meio do Atlântico Norte, e reforçada por termos ilhas sem hospital, onde se tornam difíceis e muitas vezes impossíveis, pelas condições climatéricas adversas, os acessos a cuidados de saúde com urgência, conforme ditam os actuais tempos dominados pela pandemia de Covid 19.

Seja por via dos compromissos assumidos pela União Europeia, ou até mesmo de outros decorrentes da presença dos Estados Unidos da América na Base das Lajes, na Ilha Terceira, confiamos que o sucesso da vacinação da população da Ilha do Corvo, seja rapidamente estendido aos cidadãos residentes em ilhas que mais necessitam de protecção e, nesta medida, acompanhamos a opção e argumentação bem fundamentada nesta matéria emanada pelo Governo Regional dos Açores, com contacto já estabelecidos com a Comissão Europeia e com o Governo da República.

Esperemos que o Governo de Portugal colabore nesta pretensão do Governo Regional dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

Sr. Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

No âmbito da fiscalização da acção governativa, importa alertar o Executivo Regional para que **fale alto e de modo claro** na defesa intransigente dos interesses da Região Autónoma dos Açores em relação a um conjunto de compromissos assumidos pelo Governo da República sobre importantes matérias da sua competência exclusiva, que dizem respeito ao nosso desenvolvimento colectivo, mas que nunca foram cumpridos.

Com efeito, no decurso dos últimos governos regionais da responsabilidade do partido socialista de Vasco Cordeiro, o Governo da República de António Costa assumiu uma série de compromissos em relação à Região Autónoma dos Açores que não mereceram qualquer execução.

Durante cinco anos, o Governo da República do Partido Socialista anunciou concursos públicos, projetos, estudos ou protocolos, mas as soluções para os problemas concretos que assolam os Açores foram permanentemente adiadas.

Trata-se de um Governo da República que perante a ausência de capacidade reivindicativa dos Governos Regionais de Vasco Cordeiro optou - assim como assim - por não honrar a palavra dada.

Enquanto este Governo da República fingia que dava, os seus comissários políticos na Região anunciavam que tudo estava em andamento, ou seja, fingiam que os Açores recebiam.

Com tal atitude, o Governo Regional do partido socialista de Vasco Cordeiro conseguiu a abertura de alguns telejornais e uns títulos de

primeira página nos jornais, transmitindo, a falsa ideia de empenho e dinamismo de ambos os Governos na resolução dos problemas que afectam os Açores. A dura realidade prova isso mesmo!

A ausência de resultados é atroz e somos forçados a concluir que todos estes anúncios de profícua colaboração entre o Governo da República de António Costa e o Governo Regional de Vasco Cordeiro não passaram de uma desprezível estratégia em que os interesses dos Açores assumiram um posicionamento meramente secundário, na tentativa, felizmente fracassada, de manter o partido socialista no poder na nossa Região Autónoma.

Mas vamos aos factos:

Veja-se o caso da nossa Universidade.

Há um ano, o ministro da Ciência e Ensino Superior e o Presidente do Governo Vasco Cordeiro promoveram uma encenação mediática em torno do financiamento da Universidade dos Açores.

O ministro anunciou que a nossa Universidade iria receber um reforço de verbas de quase cinco milhões de euros entre 2020 e 2023.

Recordamos todos o semblante vitorioso de Vasco Cordeiro nesta matéria e convencemo-nos de que a questão do financiamento da Universidade dos Açores estava resolvida pelo engenho político do Presidente dos Açores de então.

Decorrido mais de um ano, descobriu-se que a Universidade dos Açores não recebeu dinheiro nenhum e o ministro da Ciência e Ensino Superior

veio agora à nossa Região Autónoma, com o ar mais cândido deste mundo, afirmar que não assinou qualquer protocolo neste sentido, mas que para o ano é que vai ser.

Estamos perante um Governo da República que não honra a palavra dada !

Não vieram, assim, os opulentos milhões para a Universidade dos Açores, nem sequer os modestos euros para os ex-trabalhadores da COFACO na ilha do Pico.

Apesar das deliberações unânimes dos Parlamentos regional e nacional, o Governo da República ignorou sempre a recomendação de criar um regime especial de majoração dos apoios sociais para os ex-trabalhadores da COFACO.

Perante a indiferença do Governo da República do Partido Socialista face ao drama dos ex-trabalhadores da COFACO, o PSD propôs na Assembleia da República a criação desse regime de apoio em forma de Lei.

Foi o que aconteceu. A Lei foi publicada a 11 de novembro do ano passado e o Governo da República tinha 60 dias para a regulamentar.

Já passaram 133 dias e nada. A Lei não foi regulamentada, a Ministra da Segurança Social recusa dar explicações sobre o assunto, sendo certo que os ex-trabalhadores da COFACO continuam à espera de ver os seus apoios sociais majorados.

Por aqui também se comprova que na República há um Governo sem palavra e que até recusa cumprir um compromisso lavrado em letra de Lei.

Foi também este o Governo da República do Partido Socialista que prometeu centenas de milhões de euros para reparar os estragos do furacão Lorenzo, mas dos quais os Açores só viram uma ínfima parte.

Recorde-se que, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019, o Governo da República se comprometeu a transferir até 40 milhões de euros para os Açores em dois anos: 20 milhões em 2019, mais 20 milhões em 2020.

Mas no ano passado, ao contrário do anunciado, o Governo da República do Partido Socialista não transferiu um cêntimo sequer.

É o que está escrito na Síntese de Execução Orçamental de janeiro deste ano, um documento do próprio Ministério das Finanças, por mais que os comissários políticos da República nos Açores tentem dizer o contrário.

Também por aqui se vê que na República há um Governo sem palavra, que não transfere para os Açores as verbas que prometeu para a reparação dos estragos do furacão Lorenzo.

O processo de construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada é outro exemplo – um péssimo exemplo – da falta de respeito que a República tem pelos Açores.

O Governo da República do Partido Socialista passou os últimos anos a fingir que fazia alguma coisa.

Muitos governantes vieram de Lisboa aos Açores anunciar estudos, projetos e concursos públicos.

Passados cinco anos, a promessa da nova cadeia continua soterrada debaixo de toneladas de bagacina, num terreno que o Governo Regional do PS cedeu para alinhar neste “faz que anda mas não anda”.

Parafraseando o famigerado ministro Augusto Santos Silva, somos forçados a concluir que a palavra deste Governo da República ‘vale zero’.

Para além dos já mencionados, são ainda vários os compromissos que o Governo da República, em sintonia com o governo Regional de Vasco Cordeiro anunciou, mas que não foram cumpridos, como:

- O reforço dos meios humanos e equipamentos para as nossas forças de segurança;
- O serviço público de transporte aéreo de carga entre o Continente e os Açores;
- A descontaminação dos solos e aquíferos da base das Lajes;
- Os 167 milhões de financiamento do Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira;
- a criação do Observatório do Atlântico no Faial
- a instalação de um radar meteorológico em São Miguel.

Podíamos ficar aqui toda a semana a falar das promessas do Executivo de António Costa para os Açores, que a conclusão seria sempre a mesma:

Na República há um Governo que não honra a palavra dada!

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

Sr. Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Nunca um Governo da República prometeu tanto e cumpriu tão pouco. Este Governo da República do partido socialista decidiu assumir um conjunto de compromissos há muito reivindicados pelos açorianos e que são determinantes para o desenvolvimento colectivo da Região Autónoma dos Açores, mas teima em não os cumprir para grave prejuízo de todos nós.

Se o incumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo de António Costa mereceu ao longo de todos estes anos apenas um mero “encolher de ombros” por parte do Executivo do partido socialista de Vasco Cordeiro, estamos certos que o actual Governo Regional dos Açores vai desencadear todas as ações para que o Governo de República cumpra o que prometeu.

A denúncia permanente do incumprimento de responsabilidades que visam a melhoria das condições da nossa vida colectiva é uma obrigação deste Governo Regional perante o Governo da República. E Perante o Povo dos Açores! Que exige ser respeitado!

Horta, 24 de março de 2021